

**Deliberação (extracto) n.º 1631/2009**

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e por deliberação do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. (INML, I.P.) de 6 de Maio de 2009:

Mestre João Miguel Gouveia Franco — nomeado para o cargo de director do Serviço de Toxicologia Forense da Delegação do Centro do INML, I.P., em comissão de serviço, pelo período de três anos, após procedimento concursal, em concordância com a proposta apresentada pelo júri do respectivo procedimento, por reunir os requisitos legais necessários e se considerar ser possuidor do perfil pretendido para o exercício do cargo posto a concurso, conforme decorre do respectivo currículo académico e profissional.

De acordo com o disposto no n.º 9 do citado artigo 21.º é fixada a data de 6 de Maio de 2009 para produção de efeitos da presente nomeação. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas).

2 de Junho de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

**Nota Curricular**

Dados pessoais

Nome: João Miguel Gouveia Franco  
Nacionalidade: Portuguesa  
Data de nascimento: 25 de Dezembro de 1965

Habilitações académicas

Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses (Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa);

Licenciatura em Ciências Farmacêuticas (Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa).

Experiência profissional

Desde 1992 desempenha funções como especialista superior de medicina legal, tendo, nos últimos anos, assumido os cargos de responsável técnico e da qualidade do serviço de toxicologia forense da delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.;

*Technical assessor* da *World Anti-Doping Agency*, realizando auditorias a nível nacional e internacional de acordo com o referencial *International Standard for Laboratories*;

Avaliador técnico do Instituto Português de Acreditação, realizando auditorias no âmbito das normas NP EN ISO/IEC 17025 e NP EN ISO 15189. Membro da Comissão Técnica permanente de Acreditação para a norma NP EN ISO 15189 e do Grupo de Trabalho de Ensaios Químicos;

Entre 2000 e 2003 colaborou com o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária no âmbito de um projecto de investigação;

Entre 1990 e 1997 exerceu funções como técnico superior no Laboratório de Análises Anti-Dopagem.

Participou, como membro de júri, em diversos concursos internos e externos da carreira de especialista superior de medicina legal.

Actividade docente e científica

Na área da toxicologia, a convite, exerceu actividade docente nas seguintes instituições de ensino:

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Curso de pós-graduação em Medicina Legal e Ciências Forenses);

Escola Superior de Educação Jean Piaget (Curso de licenciatura bietápica em Nutrição Humana, Social e Escolar);

Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Lisboa (Cursos de licenciatura bietápica em Análises Clínicas e Saúde Pública, Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica e Farmácia);

Academia Militar (Disciplina de Medicina Legal);

Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (Cursos de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses e Comportamentos Desviantes e Ciências Criminais).

Autor ou co-autor de cerca de 40 trabalhos, onde se incluem artigos, posters e comunicações orais apresentados em reuniões científicas nacionais e internacionais.

201878807

**Polícia Judiciária**

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas

**Despacho n.º 13597/2009**

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do Despacho n.º 18 586/2008 (2.ª Série), do Ministro da Justiça, de 1 de Julho de 2008, publicado no *Diário*

da República, 2.ª Série, n.º 133, de 11 de Julho de 2008, subdelego no director-nacional adjunto da Polícia Judiciária, licenciado Manuel da Conceição Ferreira, a competência para autorizar as deslocações ao estrangeiro de funcionários para participarem em assembleias, comissões ou grupos de trabalho em que a Polícia Judiciária tenha assento, nomeadamente no Conselho de Justiça e Assuntos Internos da União Europeia, nas assembleias da Interpol e no conselho de administração da EUROPOL.

Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados ou que o venham a ser até à data da publicação do presente despacho.

29 de Maio de 2009. — O Director Nacional, *José Almeida Rodrigues*.

201881252

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Secretaria-Geral

**Despacho n.º 13598/2009**

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências, designadamente, no âmbito das relações Públicas, para cuja prossecução foi criada a Divisão de Relações Públicas;

Considerando a necessidade de assegurar a coordenação das atribuições daquela unidade orgânica;

Considerando que a licenciada Carla Alexandra dos Santos Freitas, da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, possui a experiência profissional e reconhecidas aptidões técnicas para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, como atesta, aliás, a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante,

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos n.ºs 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Carla Alexandra dos Santos Freitas, para exercer, em regime de substituição, o cargo de Chefe de Divisão de Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2009.

30 de Abril de 2009. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

**Nota Curricular**

Nome: Carla Alexandra dos Santos Freitas

Data de Nascimento: 06 de Maio de 1971

Naturalidade: Luanda

Habilitações Literárias:

Pós Graduação em Gestão Cultural nas Cidades, pelo Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial do ISCTE (INDEG/ISCTE).

Licenciatura em Relações Públicas e Publicidade pelo Instituto Superior de Novas Profissões.

Lugar de Origem: Técnica Superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura.

Experiência Profissional:

De Janeiro de 2009 a Abril foi responsável pela formação na Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, administrando a execução da candidatura aprovada pelo POPH.

De Abril de 2008 a Dezembro exerceu funções no Núcleo de Gestão da Qualidade da SGMC, dando apoio a projectos na área da comunicação.

Adjunta da Ministra da Cultura do XVII Governo Constitucional entre Março de 2005 e Janeiro de 2008.

De 2001 a 2005 exerceu funções como técnica superior na Divisão de Centros Culturais do Instituto Camões, prestando apoio nas tarefas relacionadas com a programação cultural dos Centros Culturais portugueses no estrangeiro, programação de itinerâncias de projectos culturais pela rede de Centros.

Em 2000 é nomeada técnica superior estagiária do quadro de pessoal do Instituto Camões, sendo nomeada para a coordenação das actividades realizadas pelo Instituto Camões no âmbito das comemorações do Centenário de Eça de Queirós.

De 1995 a 2000 desempenhou funções na Direcção de Serviços de Acção Cultural Externa do Instituto Camões, prestando apoio à realização de vários eventos de divulgação da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro.

Tem participado em vários cursos de formação profissional na área da gestão cultural e da administração e gestão do desempenho organizacional.

201878167

**Despacho n.º 13599/2009**

Considerando a publicação do Decreto-Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, adiante designada por Secretaria-Geral;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências;

Considerando a publicação da Portaria n.º 586/007, de 10 de Maio, que fixou as respectivas unidades flexíveis;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril:

É criada na dependência da Direcção de Serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas, a Divisão de Relações Públicas, adiante designada por DRP, à qual compete, nomeadamente:

a) Assegurar a recolha, o tratamento e a disponibilização de informação de carácter geral ou específico, designadamente da comunicação social, com interesse para as actividades do Ministério;

b) Assegurar o funcionamento de um serviço de recepção e atendimento do público, encaminhamento de pedidos, sugestões e reclamações e prestação de informações nas áreas de interesse do Ministério;

c) Contribuir para o reforço da imagem interna e externa da SG;

d) Assegurar, com a colaboração do Gabinete de Informática, a gestão do conteúdo das páginas da SG na *intranet* e na Internet;

e) Assegurar a organização dos actos relativos às obrigações protocolares da SG, bem como dos membros do Governo, quando estes assim o determinem;

f) Assegurar a realização de trabalhos fotográficos, filmagens e gravações de vídeo da SG e dos gabinetes dos membros do Governo, quando estes assim o determinem;

g) Assegurar a edição de publicações elaboradas na Secretaria-Geral e de outras que sejam consideradas de interesse para as actividades do Ministério;

h) Assegurar o serviço de reprografia da SG;

i) Assegurar que as publicações do Ministério divulguem imagens masculinas e femininas que não reforcem estereótipos discriminatórios em função do género e que promovam a igualdade.

30 de Abril de 2009. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.  
201881269

**Instituto Geográfico Português****Aviso n.º 10771/2009**

Foi emitido, em 2 de Junho de 2009, em nome de GEOSHAPE — Consultoria, Cartografia e Cadastro, Lda., com sede social em Torres Novas, na Rua 1.º de Dezembro, n.º 26, 1.º Dto., 2350-758 Torres Novas, o Alvará n.º 04/2009 CD para o exercício de actividades no domínio do Cadastro Predial. O presente alvará é válido até 2 de Junho de 2014.

2 de Junho de 2009. — O Director-Geral, *Arménio dos Santos Casinha*.

301874302

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO****Secretaria-Geral****Aviso n.º 10772/2009**

Faz-se público que, em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os

efeitos consignados no artigo 96.º do mesmo diploma, se encontram afixadas, para consulta, as listas de antiguidade do pessoal dirigente da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação, dos trabalhadores do mapa de pessoal não dirigente da referida Secretaria-Geral e outros trabalhadores afectos à mesma Secretaria-Geral, reportadas a 31 de Dezembro de 2008, nos locais a seguir indicados: Avenida da República, n.º 79 e Rua da Horta Seca, n.º 15, em Lisboa.

Das presentes listas cabe reclamação a deduzir no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente aviso.

8 de Maio de 2009. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Vicente Martins*.

201878742

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS****Instituto de Financiamento da Agricultura  
e Pescas, I. P.****Despacho n.º 13600/2009**

Considerando que o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. se encontra em processo de fusão e que três trabalhadores optaram voluntariamente pela sua colocação em situação de mobilidade especial;

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 11.º e do n.º 12 do artigo 32.º, ambos da Lei n.º 53/2006 de 7 de Dezembro, na redacção conferida pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, autorizo e aprovo a colocação em situação de mobilidade especial, por opção voluntária, dos seguintes trabalhadores:

1 — Nome: Zelinda Maria Almeida Mariano

Carreira: Técnico superior

Categoria: Técnico superior

Posição Remuneratória: entre a 4.ª e a 5.ª

Nível Remuneratório: entre 23 e 27

2 — Nome: Maria Filomena Gomes Braga Teixeira

Carreira: Assistente Técnico

Categoria: Assistente Técnico

Posição Remuneratória: entre a 2.ª e a 3.ª

Nível Remuneratório: entre o 7 e o 8

3 — Nome: Luís Martins Salvado Ramos

Carreira: assistente operacional

Categoria: assistente operacional

Posição Remuneratória: entre a 7.ª e a 8.ª

Nível Remuneratório: entre o 7 e o 8

4 de Junho de 2009. — A Presidente do Conselho Directivo, *Ana Paulino*.

201879917

**MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÕES****Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P.****Aviso n.º 10773/2009**

**Procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira de assistente técnico do mapa de pessoal do Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P.**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por despacho do Presidente do Conselho Directivo, datado de 9 de Maio de 2009, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contado a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado destinado ao preenchimento de um posto de trabalho da carreira de Assistente Técnico do mapa de pessoal do Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P.

2 — Não foi efectuada consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC) nos termos do